

Nesta Edição

■ Interesse Geral da Indústria

Ampliação da Licença Maternidade para mães de bebês prematuros. PEC 58/2011 - Dep. Dr. Jorge Silva (PDT/ES).....	3
Alteração da base de cálculo do Adicional de Insalubridade PL 1881/2011 - Dep. Costa Ferreira (PSC/MA).....	3
Financiamento de fusões e incorporações por instituições financeiras federais oficiais PL 1788/2011 - Dep. Mendonça Filho (DEM/PE)	3
Suspensão da construção de novas usinas termonucleares PLS 405/2011 - Sen. Cristovam Buarque (PDT/DF).....	4
Benefícios fiscais para indústrias que se instalarem em pequenos municípios PL 1726/2011 - Dep. Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	4
Requisitos de responsabilização de terceiros por obrigações tributárias/ Novos procedimentos da Lei de Execução Fiscal PLP 78/2011 - Dep. Laercio Oliveira (PR/SE).....	5
Prorrogação da DRU até 31/12/2015 PEC 61/2011 - Dep. Poder Executivo	5
Extinção da CIDE-Combustíveis PL 1842/2011 - Dep. Felipe Bornier (PHS/RJ)	6

■ Interesse Setorial

Proibição de propaganda de bebidas alcoólicas em eventos financiados com recursos públicos PL 1722/2011 - Dep. João Ananias (PCdoB/CE)	6
Obrigatoriedade de inscrição de frase de advertência sobre o corante tartrazina nas embalagens de alimentos. PLS 428/2011 - Sen. Jorge Viana (PT/AC).....	6
Instalação de "Telhado Verde" em edificações PL 1703/2011 - Dep. Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	7

Medicamentos antimicrobianos	
PL 1847/2011 - Dep. Jairo Ataíde (DEM/MG)	7
Negligências no uso de agrotóxicos/ Crime hediondo	
PL 1811/2011 - Dep. Amauri Teixeira (PT/BA).....	8
Programa Nacional de pesquisa e desenvolvimento de compostos orgânicos de origem vegetal	
PL 1860/2011 - Dep. Júlio Delgado (PSB/MG).....	8
Isenção de II sobre memórias em estado sólido (SSD)	
PL 1718/2011 - Dep. Luiz Argôlo (PP/BA)	9

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA

■ Interesse Geral da Indústria

Legislação Trabalhista

Benefícios

Ampliação da Licença Maternidade para mães de bebês prematuros.

PEC 58/2011 - Dep. Dr. Jorge Silva (PDT/ES), que "Altera a redação do inciso XVIII do art. 7º da Constituição Federal para estender a licença maternidade em caso de nascimento prematuro à quantidade de dias que o recém nascido passar internado".

Acrescenta à licença maternidade, para mães de bebês prematuros, os dias em que o recém nascido permanecer internado.

Adicionais

Alteração da base de cálculo do Adicional de Insalubridade

PL 1881/2011 - Dep. Costa Ferreira (PSC/MA), que "Altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade".

Altera a CLT no sentido de que o adicional de insalubridade seja calculado sobre a remuneração do trabalhador.

Custo de Financiamento

Financiamento de fusões e incorporações por instituições financeiras federais oficiais

PL 1788/2011 - Dep. Mendonça Filho (DEM/PE), que "Dispõe sobre a restrição de financiamento de operações de concentração econômica pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal".

Restringe o financiamento de instituições financeiras federais oficiais em casos de operações de concentração econômica.

Estabelece que o BNDES, o BB e a CEF não poderão financiar, direta ou indiretamente, inclusive por meio de participações acionárias, operações de fusão, aquisição direta ou indireta realizada sob qualquer modalidade e incorporação de empresas.

Excetuam-se das vedações grupos econômicos nas seguintes condições:

- a) adquirentes que registrem no balanço faturamento bruto anual ou volume de negócios no país equivalente ou inferior a 400 milhões de reais;
- b) adquiridos que registrem no balanço faturamento bruto anual ou volume de negócios no país equivalente ou inferior a 30 milhões de reais; e
- c) adquiridos que tenham mais de 80% de seu faturamento bruto obtido com produtos fabricados e/ou serviços ofertados no exterior.

Infraestrutura

Suspensão da construção de novas usinas termonucleares

PLS 405/2011 - Sen. Cristovam Buarque (PDT/DF), que "Suspende, pelo prazo de trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares em território nacional".

Suspende, por trinta anos, a construção de novas usinas termonucleares.

Sistema Tributário

Obrigações, Multas e Administração Tributárias

Benefícios fiscais para indústrias que se instalarem em pequenos municípios

PL 1726/2011 - Dep. Rodrigo de Castro (PSDB/MG), que "Concede benefícios fiscais do Imposto sobre a Renda, do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados a empresas industriais em municípios com até quinze mil habitantes".

Concede os seguintes benefícios fiscais a empresas que se situem em municípios com até 15 mil habitantes:

- a) redução de 50% do Imposto de Importação e do IPI incidentes sobre veículos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos destinados a integrar o ativo imobilizado do estabelecimento.
- b) redução em 50%, por cinco anos, do IRPJ devido pelo estabelecimento.

Condição para fruição do benefício - poderá usufruir do benefício o estabelecimento de empresa industrial sediado em município com até quinze mil habitantes e que nele mantenha suas atividades operacionais.

Aplicação de multa - na hipótese de dolo, fraude ou simulação, inclusive no caso de desvio de objeto, será aplicada, ao contribuinte, a multa correspondente a duas vezes o valor da vantagem recebida indevidamente.

Requisitos de responsabilização de terceiros por obrigações tributárias/ Novos Procedimentos da Lei de Execução Fiscal

PLP 78/2011 - Dep. Laercio Oliveira (PR/SE), que “Altera a Lei nº 5.172, de 25 de dezembro de 1966 (Código Tributário Nacional) e a Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execuções Fiscais)”.

Altera o Código Tributário Nacional (CTN) e a Lei de Execuções Fiscais (LEF) para estabelecer novos critérios de responsabilização por débitos tributários e procedimentos de execução fiscal.

CTN:

- estabelece, diante da impossibilidade de cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, responsabilidade subsidiária (e não mais solidária) para os sócios com poder de administração no caso de liquidação de sociedade de pessoas, desde que intervenham ou se omitam perante atos praticados com a intenção de violar dever legal ou contratual comprovados pelo Fisco.
- isenta da responsabilidade pessoal os sócios com poder de administração; os pais; os tutores e curadores; os administradores de bens de terceiros; os inventariantes; o síndico e o comissário; os tabeliães; os mandatários, prepostos e empregados; e os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, nas hipóteses de simples inadimplemento tributário.
- determina que no termo de inscrição em dívida ativa deva constar a motivação da inclusão dos corresponsáveis.

LEF:

- inclui na LEF a necessidade de comprovação probatória, apurada em âmbito administrativo, da impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte ou a existência de obrigações tributárias geradas por atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos, sob pena de nulidade.
- autoriza o ajuizamento de execução fiscal contra os sócios com poder de administração; os pais; os tutores e curadores; os administradores de bens de terceiros; os inventariantes; o síndico e o comissário; os tabeliães; os mandatários, prepostos e empregados; e os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado por dívida tributárias ou não de pessoa jurídica de direito privado.
- estabelece a possibilidade de o executado, desde que garantida a execução, requerer ao Juiz a apresentação do procedimento administrativo fiscal - PAF - correspondente à inscrição da dívida ativa, hipótese em que a contagem do prazo para oferecimento dos embargos somente será iniciada quando o PAF for disponibilizado fisicamente ou eletronicamente. A requisição poderá ser feita de ofício pelo magistrado ou a pedido da parte em qualquer grau de jurisdição.

Prorrogação da DRU até 31/12/2015

PEC 61/2011 - Poder Executivo - que “Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

Prorroga a Desvinculação de Recursos da União - DRU - até 31/12/2015. A DRU não reduzirá a base de cálculo das transferências de receita da União aos Municípios.

Para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino o percentual de arrecadação da União desvinculado será nulo

Carga Tributária, Criação de Tributos e Vinculação de Receitas

Extinção da CIDE-Combustíveis

PL 1842/2011 - Dep. Felipe Bornier (PHS/RJ), que "Dispõe sobre a revogação da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que instituiu a CIDE Combustíveis e também de diversos dispositivos legais que tratam da tributação dos combustíveis pela contribuições sociais para o Pis/Pasep e Cofins".

Revoga a lei que instituiu a CIDE-combustíveis, bem como toda a legislação conexa pertinente à contribuição.

■ Interesse Setorial

Indústria de Bebidas

Proibição de propaganda de bebidas alcoólicas em eventos financiados com recursos públicos

PL 1722/2011 - Dep. João Ananias (PCdoB/CE), que "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir a propaganda de bebidas alcoólicas em eventos financiados com recursos públicos ou beneficiados com qualquer forma de renúncia fiscal por parte do Estado".

Proíbe a propaganda de bebidas alcoólicas, em meio impresso ou eletrônico em eventos patrocinados ou financiados com recursos públicos ou beneficiados com qualquer forma de renúncia ou incentivo por parte do Estado.

Obrigatoriedade de inscrição de frase de advertência sobre o corante tartrazina nas embalagens de alimentos.

PLS 428/2011 - Sen. Jorge Viana (PT/AC), que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de inscrição de frase de advertência sobre o corante tartrazina, nas embalagens dos alimentos que o contenham".

Obriga a inscrição de frase de advertência sobre o corante tartrazina, nas embalagens dos alimentos que o contenham.

Indústria da Construção Civil

Instalação de "Telhado Verde" em edificações

PL 1703/2011 - Dep. Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP), que "Dispõe sobre a instalação do denominado "Telhado Verde" e dá outras providências".

Estabelece que condomínios verticais, com mais de 3 unidades agrupadas verticalmente, deverão prever a construção do chamado "Telhado Verde". Os Poderes Públicos dos Estados e do Distrito Federal estabelecerão condições e prazos para que os condomínios edificados, comerciais ou residenciais passem a utilizar em suas coberturas o "Telhado Verde". Este poderá ter vegetação extensiva ou intensiva, de preferência nativa.

Telhado Verde - é uma cobertura de vegetação arquitetada sobre laje de concreto ou cobertura, de modo a melhorar o aspecto paisagístico, diminuir a ilha de calor, absorver o escoamento superficial, reduzir a demanda de ar condicionado e melhorar o microclima, com a transformação do dióxido de carbono (CO₂) em oxigênio (O₂) pela fotossíntese.

Vegetação extensiva - é a cobertura cujo solo varia de 25mm a 127mm de espessura, necessitando de uma estrutura que suporte uma carga entre 50 Kg/m² e 250 Kg/m², composta por vegetação rasteira, exemplificada pelas gramináceas e espécies afins.

Vegetação intensiva - é a cobertura cujo solo varia de 150 mm a 300 mm, necessitando de uma estrutura que suporte uma carga entre 400 Kg/m² e 750 Kg/m², usada geralmente como local de visitação.

Somente será admitido como "Telhado Verde" a vegetação composta basicamente das seguintes camadas: impermeabilização; proteção contra raízes; drenagem; filtragem; substrato; e vegetação.

Indústria Farmacêutica

Medicamentos antimicrobianos

PL 1847/2011 - Dep. Jairo Ataíde (DEM/MG), que "Dispõe sobre a classificação dos medicamentos antimicrobianos, segundo a sua importância para a saúde humana e para a saúde animal, e dá outras providências".

Define os medicamentos antimicrobianos e estabelece medidas que visam à promoção da saúde humana e dos animais domésticos.

Medicamentos Antimicrobianos - medicamentos utilizados na profilaxia ou no tratamento de doenças infecciosas do homem ou, em benefício da saúde animal, para fins terapêuticos, profiláticos, metafiláticos, ou como aditivos zootécnicos melhoradores de desempenho, observando-se subsidiariamente a nomenclatura e a classificação adotadas pelos organismos nacionais e internacionais de referência para o tema.

Devem ser classificados como "criticamente importantes", "altamente importantes" e "importantes" para a saúde humana ou "criticamente importantes", "altamente importantes" e "importantes" para a saúde animal.

Vedação de uso - é vedado o uso, como aditivo zootécnico melhorador de desempenho, de medicamento antimicrobiano considerado "criticamente importante" ou "altamente importante" para a saúde humana.

O uso terapêutico, profilático ou metafilático, em animais, mediante prescrição de médico veterinário, de medicamento antimicrobiano considerado "altamente importante" ou "criticamente importante" para a saúde humana, poderá ser autorizado apenas em caráter excepcional e por prazo determinado.

Indústria de Defensivos Agrícolas

Negligências no uso de agrotóxicos/ Crime hediondo

PL 1811/2011 - Dep. Amauri Teixeira (PT/BA), que "Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências".

Transforma em crime hediondo produzir, comercializar, transportar, aplicar, prestar serviço, der destinação a resíduos e embalagens vazias de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Indústria de Biocombustíveis

Programa Nacional de pesquisa e desenvolvimento de compostos orgânicos de origem vegetal

PL 1860/2011 - Dep. Júlio Delgado (PSB/MG), que "Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Compostos Orgânicos de Origem Vegetal para Redução das Emissões de Gases do Efeito Estufa e Redução do Consumo de Combustíveis Fósseis, como incentivo à sustentabilidade ambiental, e dá outras providências".

Estabelece o Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Compostos Orgânicos de Origem Vegetal, que terá por objetivo a produção industrial para utilização como aditivos aos combustíveis de origem fóssil, oferecendo uma economia do consumo de combustíveis fósseis, sem comprometer a segurança do sistema operacional. Prevê:

- (i) ampliação das dotações de recursos da Cide-Combustível
- (ii) destinação de recursos de agências e bancos de fomento federais, em condições especiais, para projetos nessa área;
- (iii) estabelecimento, pelo governo federal, de incentivos fiscais à pesquisa, o fomento, a produção, a comercialização e o uso de Compostos Orgânicos de Origem Vegetal, produzido a partir do emprego de biomassas
- (iv) desenvolvimento de estudos visando adoção desses compostos em todos os motores que se utilizam dos combustíveis de origem fóssil para redução da emissão de GEE e redução do consumo destes;
- (v) criação de linhas específicas de pesquisas visando o desenvolvimento e produção desses Compostos Orgânicos.

Indústria da Informática

Isenção de II sobre memórias em estado sólido (SSD)

PL 1718/2011 - Dep. Luiz Argôlo (PP/BA), que “Dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação incidente sobre memórias em estado sólido (SSD).”

Isenta do pagamento do Imposto de Importação as memórias em estado sólido (SSD) pelo prazo de 10 anos, prorrogáveis por igual período